

**POLÍTICA DE COTAS EM VISTA AO COMBATE
DO PRECONCEITO RACIAL BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA
DOS DISCURSOS DE FHC E LULA
EM SEUS PRIMEIROS MANDATOS
DE PRESIDENTES DO BRASIL**

Gabriela do Rosario Silva (UENF)

gabi.dorsilva@gmail.com

Amanda Leal Castelo Branco (UFV)

amandalealcb@gmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF)

shirlenacsa@gmail.com

RESUMO

As políticas afirmativas ganharam notoriedade no Brasil nos anos de 1990 e impulsionaram o debate sobre questões que até então eram relevantes na sociedade brasileira. Refletindo sobre o caráter de tais políticas e considerando que estas estavam em fase de desenvolvimento inicial, ainda pouco conhecidas no país e, portanto, carente de diagnóstico que pudessem ratificar ou não a sua eficácia, o presente trabalho analisou em que medida os governos brasileiros incentivaram e contribuíram para a adoção de políticas e programas que visassem o combate ao preconceito racial. A metodologia adotada na investigação foi a análise do *corpus* de dois discursos proferidos em importantes períodos da história brasileira: os mandatos dos presidentes, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, a saber, a cerimônia de abertura do Seminário Internacional "Multiculturalismo e Racismo: o papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos" e a abertura da cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, respectivamente. Destaca-se como conclusão a partir deste, dois posicionamentos diferentes nos discursos proferidos: no discurso do presidente FHC, evidencia-se o seu desejo de mudanças enquanto sociólogo, não obstante, esse desejo não pode se sobrepor, uma vez que se encontrava na posição de presidente, portanto, delegou aos presentes a responsabilidade na criação de soluções para o problema do racismo e das desigualdades dentro do contexto e da realidade do Brasil. Já no discurso do Presidente Lula, é notório o seu posicionamento ao declarar que o estado brasileiro não pode ser neutro nas questões concernentes às desigualdades, desafiando os ministros presentes a promoverem as mudanças necessárias naquele momento a fim de colher os frutos futuramente. Assim, o discurso do então presidente Lula denota uma postura de ação e desprendimento às convenções e formalismos, enfatizando a esperança de que as mudanças, de fato, aconteceriam.

Palavras chaves: Ação afirmativa. Desigualdades. Análise do discurso.

1. Considerações iniciais

Desde que começaram a ganhar notoriedade no Brasil, nos anos de 1990, as políticas de ação afirmativa impulsionaram o debate de importantes questões, que até então, eram pouco problematizadas na sociedade brasileira, dentre elas destacamos: preconceitos, discriminações e desigualdades de classe social, gênero, raça e etnia. A inserção desses debates, no entanto, desencadeou conflitos e polêmicas. Hoje, passados aproximadamente quinze anos dos primeiros debates, os problemas elencados ainda não foram totalmente solucionados.

De acordo com Gomes (2007), as políticas afirmativas podem ser compreendidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário. Estas são concebidas com o intuito de combater a discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, buscando retificar ou amenizar, os efeitos oriundos da discriminação sofrida no passado. As políticas de ação afirmativa têm como objetivo a materialização da igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego. Nessa perspectiva, as ações afirmativas têm como meta:

A implantação de uma certa “diversidade” e de uma maior “representatividade” dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada. Partindo da premissa de que tais grupos normalmente não são representados em certas áreas ou são sub-representados, seja em posições de mando e prestígio no mercado de trabalho e nas atividades estatais, seja nas instituições de formação que abrem as portas ao sucesso e às realizações individuais. (GOMES, 2007, p. 58)

Refletindo sobre o caráter de tais políticas e considerando o início dos debates sobre as mesmas na esfera política brasileira, o presente trabalho, tem por objetivo analisar em que medida os governos brasileiros, especificamente os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), incentivaram a adoção de políticas e programas que visassem o combate ao racismo e ao preconceito racial. Para tanto realizamos a análise do *corpus* dos discursos proferidos por FHC e Lula na cerimônia de abertura do Seminário Internacional "Multiculturalismo e racismo o papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos" e a cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, respectivamente.

2. Políticas de Ação afirmativa e a ideologia antirracista no Brasil

A implementação de políticas afirmativas são ações recentes na história das nações e foram aderidas com o objetivo de oferecer aos grupos discriminados e excluídos, um tratamento diferenciado, com caráter compensatório, especialmente, naquilo que se refere às desvantagens provenientes da condição de vítimas do racismo. Vale destacar as experiências pioneiras de países como: Índia, Estados Unidos, Malásia, África do Sul, dentre outros.

No que tange ao Brasil, no texto da Constituição Federal de 1988 é determinada a construção de um Estado democrático, pluralista, multicultural, sem discriminações e agente na superação de desigualdades. Assim, observamos que a Constituição torna legítima a implementação das políticas de ação afirmativas. Nesse sentido, Júnior (2005) destaca que no final dos anos oitenta e início dos anos noventa do século passado, teve início o fortalecimento de movimentos pela adoção de ações afirmativas no Brasil, tendo como alvo principal, a população negra. O intento era proporcionar condições reais de superação das desigualdades raciais em diversos aspectos da vida dos cidadãos brasileiros. No Brasil, as ações afirmativas foram implementadas com o objetivo de buscar a igualdade de tratamento e, principalmente, de oportunidades para grupos que durante anos, foram severamente discriminados e que por muitas vezes, tiveram negada sua cidadania, num ato de segregação velado e camuflado pelo medo social de admiti-lo.

Dentre as diversas modalidades de aplicação de ações afirmativas, ganhou destaque a modalidade cotas, levando em consideração a raça ou a etnia. Por meio das cotas, foi aderido um posicionamento e o descobrimento da existência de privilégios na sociedade brasileira, centralizando o debate acerca da garantia do direito a todos. Dentre estes direitos, foi colocado em pauta, o direito à educação, em especial, à educação superior, por parte da população negra ou afro-brasileira, conforme pontuado por Gomes e Martins (2004):

As cotas representam, no conjunto das ações afirmativas, uma tomada de posição explícita contra o racismo. Os discursos equivocados sobre a política de cotas, a que assistimos nas universidades e na sociedade de um modo geral, podem ser considerados como uma atitude irresponsável daqueles que os proferem. As cotas se fazem necessárias em nosso país, porque a nossa sociedade padece de um racismo estrutural que precisa ser superado. Durante séculos, o Brasil tem adotado uma postura cínica diante do racismo. É chegada a hora de

romper com o pacto velado de manutenção do racismo existente em nosso País, alimentado pelas elites e introjetado em nosso imaginário social. (GOMES & MARTINS, 2004, p. 44)

Retomando a Constituição de 1988, observamos que nesta, a educação foi idealizada como um direito universal, gratuito, democrático e comunitário. No texto constitucional, a efetivação do direito à educação requer como fator imprescindível, a ação conjunta entre Estado, família e toda a sociedade na luta por uma educação plena e de qualidade.

No âmbito legal, observamos também na década de 90, uma mobilização do Poder Público para oferecer respostas à problemática racial no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o então governador Leonel Brizola criou, em 1991, a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras, que foi desativada em 1994. (AMARAL, 2006)

Em 1995, o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, por decreto presidencial, criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), vinculado ao Ministério da Justiça, tendo como um dos propósitos a interlocução política com o Movimento Negro brasileiro. Em 1997, foi lançado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Programa Brasil, Gênero e Raça, que teve como um dos principais intuítos a implementação de Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão, nas Delegacias e Subdelegacias Regionais do Trabalho (AMARAL, 2006).

No entanto, observamos que essas iniciativas ocorreram de forma isolada. Os debates sobre políticas de ação afirmativa se intensificaram nos diversos âmbitos, a partir do ano 2000, inclusive, em domínio Federal. Entre os dias 06 e 08 de julho de 2001, foi realizada a I Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, no Rio de Janeiro. Entre 31 de agosto e 7 de setembro do mesmo ano, ocorreu em Durban, na África do Sul, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. Tal Conferência é destacada por estudiosos do tema como “um marco na luta antirracista em escala internacional”. (MAIO & SANTOS, 2005)

No Brasil, a Conferência de Durban refletiu positivamente.

O Brasil teve uma participação ativa na Conferência de Durban e o resultado da mesma levou o governo brasileiro a assumir compromissos e iniciar importantes políticas voltadas para a promoção dos direitos dos afrodescendentes e da igualdade racial. (HERINGER, 2003, p. 5)

Ainda em 2001, foi criado, por decreto presidencial, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), cujo propósito foi incentivar e subsidiar a criação de políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e proteção dos direitos individuais e dos grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e outras formas de intolerância. Nesse contexto, os primeiros órgãos do Governo Federal que institucionalizaram programas de ação afirmativa foram: o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); seguidos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério da Justiça. Destacamos ainda, a nível Federal, o Ministério da Cultura, que em agosto de 2002, adotou cotas de 20% para preenchimento de funções de direção e assessoramento superior; e o Ministério de Comunicação do Governo, que em fevereiro de 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), determinou que todas as campanhas publicitárias da Presidência e de órgãos hierárquicos inferiores (como ministérios, estatais e autarquias federais) respeitassem a diversidade 'racial' brasileira.

Destacamos ainda, outros avanços ocorridos nesse período. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), visando à formulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial nos diversos setores políticos. Nesse mesmo ano, no âmbito da educação básica, foi promulgada a Lei Federal 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira".

Nessa perspectiva, observamos que nas últimas décadas, o Estado brasileiro vem assumindo compromissos e iniciativas de Ação afirmativa. Essas ações, para além da promoção e do incentivo de políticas de reparação, têm em vista o reconhecimento e a valorização dos negros na sociedade brasileira, orientadas pela busca por justiça social (distributiva). Contudo, vale ressaltar que esse redirecionamento histórico e significativo da percepção do Estado em relação ao racismo e da busca de soluções para essa problemática, ocorreu mediante importantes discursos como os que analisaremos a seguir.

3. *Os discursos dos presidentes Fernando Henrique Cardos e Luiz Inácio Lula da Silva: dois posicionamentos e um mesmo problema*

Diante do contexto apresentado, nesse trabalho nos propusemos

analisar em que medida os governos brasileiros, especificamente os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, incentivaram a adoção de políticas e programas que visassem o combate ao racismo e ao preconceito racial. Analisamos os discursos proferidos pelos mesmos na abertura do Seminário Internacional "Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos" e na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, respectivamente.

3.1. Análise do discurso

No presente trabalho, embasamo-nos na análise do discurso advindo da escola francesa, que “articula o linguístico com o social e o histórico, na qual a linguagem é estudada não apenas como forma linguística e também enquanto forma material da ideologia” (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 680). O discurso é toda atividade comunicativa entre interlocutores. É uma atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes. O falante/ouvinte ou o escritor/leitor, por sua vez, são seres situados em um tempo histórico, em um espaço geográfico e pertencem a uma comunidade. Nesse sentido, os discursos carregam a ideologia do grupo ao qual pertencem. Portanto, não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. (BRANDÃO, 2009)

Um conceito fundamental para a análise do discurso é o de condições de produção, entendido como “o conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso, são eles: “o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando” (BRANDÃO, 2009, p. 8). Ademais, por meio do discurso, a ideologia se manifesta e se concretiza, tendo como veículo, a língua. Assim, Brandão (2009) destaca outro elemento fundamental da análise do discurso: a formação ideológica ou “o conjunto de atitudes e representações ou imagens que os falantes têm sobre si mesmos e sobre o interlocutor e o assunto em pauta”. (BRANDÃO, 2009, p. 10)

Essas atitudes, representações e imagens, por sua vez, estão relacionadas com a posição social de onde falam ou escrevem, têm a ver com as relações de poder que se estabelecem entre eles e que são expressas quando interagem entre si. É nesse sentido que a autora afirma que podemos falar em uma formação ideológica colonialista, capitalista, neoli-

beral, socialista, religiosa, dentre outras.

Por fim, partindo do princípio que a análise do discurso trabalha com o sentido e que o discurso é heterogêneo é marcado pela história e pela ideologia, a análise do discurso entende que não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma releitura. Além disso, a análise do discurso apenas evidencia como o discurso funciona e não tem a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento. (CAREGNATO & MUTTI, 2006)

3.2. Seminário Internacional de Multiculturalismo e Racismo - o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos: o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso

O “Seminário Internacional de Multiculturalismo e Racismo – o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos” foi promovido pelo Ministério da Justiça e ocorreu em 02 de julho de 1996. Conforme já abordamos, esse período é considerado o início dos debates contemporâneos sobre Políticas de Ação Afirmativa no Brasil.

Neste seminário, discursou o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Fernando Henrique Cardoso é um renomado sociólogo e ex-professor da Universidade de São Paulo (USP). Politicamente, construiu uma carreira de sucesso. Foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988. Entre 1992 e 1993 foi Ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco e em seguida, Ministro da Fazenda (1993-1994), quando lançou o Plano Real e alcançou a estabilização econômica do país.

Elegeu-se Presidente da República em 1994, e governou por dois mandatos, até 2003. Em termos ideológicos, FHC foi o continuador do projeto neoliberal, iniciado por Fernando Collor de Melo. De forma simplificada, o neoliberalismo pode ser entendido como uma ideologia centrada na ideia da desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, especialmente, financeira. Além da redução significativa do papel do Estado em setores como educação, saúde, assistência social, entre outros. (FERNANDES, 1995)

Ao discursar na abertura do seminário, Fernando Henrique Cardoso, inicialmente reconheceu a necessidade de se oferecer à sociedade brasileira mais acesso à cultura, à participação na economia e aos processos

decisórios. Além de admitir o racismo no Brasil. Nos dizeres de Braga (2015, p. 46), a “afirmação do presidente confessa, pois, o que durante muito tempo foi sucumbido, além de reconhecer a necessidade de medidas que combatessem a intolerância racial”.

Em seguida, FHC estabeleceu uma diferenciação entre o preconceito brasileiro e o preconceito praticado em outras nações. Para o então presidente, embora no Brasil convivamos com o preconceito e com a discriminação “(...) as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá (...)”. (CARDOSO, 1996, p. 47-48)

Ao pronunciar essa frase, Fernando Henrique Cardoso teve como intuito estimular a criatividade por parte dos seminaristas, sugerindo que as medidas de solução para o racismo, preconceito e desigualdades em nosso país, deveriam assumir características próprias, pautadas no respeito à nossa cultura. Não deveriam ser apenas cópias de medidas tomadas em outros países “(...) nas soluções para esses problemas, não devemos simplesmente imitar: temos que ter criatividade (...)”. (CARDOSO, 1996, p. 48)

A partir dessas falas, o então presidente assumiu a postura central do seu discurso: enquanto sociólogo este deseja mudanças nas questões raciais no Brasil e a eliminação do racismo. Todavia, essas mudanças devem ser pautadas na criatividade e na liberdade de imaginação, as quais, o mesmo não dispõe enquanto Presidente da República. Assim, FHC delega aos sociólogos e antropólogos presentes no seminário, a tarefa de encontrar soluções para as problemáticas de desigualdade, social, econômica e cultural que afeta a população negra.

(...) o nosso jeito está errado mesmo, há uma repetição de discriminações, há uma área muito dura na inaceitabilidade do preconceito. Isso tem que ser desmascarado, tem que ser, realmente, contra-atacado, não só em termos verbais, como em termos de mecanismos e de processos que possam levar a uma transformação na direção de uma relação mais democrática entre as raças e entre os grupos sociais, entre as classes. (CARDOSO, 1996, p. 50-51)

Desafio vocês: criem! Vejam se é possível. Seguramente, num grupo tão vasto como este, além da inteligência bem repartida, deve haver alguns aí com muita criatividade. Então, o Governo está tentando explorar a criatividade dos senhores e pedindo isso, porque a nossa está esgotada. (CARDOSO, 1996, p. 51)

3.3. Cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Em 21 de março de 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, discursou na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Luiz Inácio Lula da Silva foi metalúrgico e sindicalista. Politicamente, em 1980, aliou-se a intelectuais e a outros líderes sindicais, para fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). Após vários mandatos de Deputado e algumas derrotas, elegeu-se presidente da República em 2002, e governou o Brasil por dois mandatos, até o ano de 2010.

A sua postura política, nos dois mandatos, como afirma Oliveira (2009) é ambivalente; ao mesmo tempo em que se assiste à tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal de 1988, observa-se, também a naturalização da meritocracia, baseada em políticas que vinculam as capacidades de escolha e ação individual e à ascensão social.

Em relação às políticas de ação afirmativa, Braga (2015) afirma que a passagem para o governo Lula, ao mesmo tempo em que se manteve o projeto de incorporação de ações afirmativas, o governo busca novas formas de implementá-las. O Estado procura absorver em grande parte as reivindicações dos movimentos sociais, através da incorporação de seus quadros aos aparelhos de Estado, ornando mais fluida a comunicação entre Estado e ONGs. (GUIMARÃES, 2005, *apud* BRAGA, 2015)

O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abriu seu discurso afirmando que o “preconceito é uma coisa doentia”. Inicialmente referiu-se ao preconceito e à discriminação de gênero. Em seguida, referiu-se ao preconceito racial afirmando que a população negra, em sua maioria, é pobre e isso denota uma situação histórica de injustiça, reportando-se aos quatro séculos de escravidão no Brasil.

Luiz Inácio Lula da Silva defendeu de forma incisiva, a intervenção do Estado para a solução dos problemas de racismo, como pode ser observado na frase: “o Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele, assegurar a todos os brasileiros e brasileiras a igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida”.

Luiz Inácio Lula da Silva mencionou ainda, a Constituição Fede-

ral de 1988, enfatizando que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Prosseguindo seu discurso de forma popular e desprendida, o então presidente afirmou: “há alguns anos, negro só aparecia na televisão se houvesse um personagem de escravo ou de bandido. Negra, até outro dia, o máximo a que chegava era ser chefe de cozinha”. (LULA, 2003, p. 5)

Finalizando, Lula afirmou: “a criação desta secretaria é o começo de um trabalho que precisa dar certo. Um trabalho que tem de ser articulado com o de outros ministérios. Um trabalho cotidiano, persistente, que estimule, coordene e torne mais eficientes as ações do Governo nessa área”. Assim, o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva demonstra uma postura positiva em relação à adoção de medidas contra o racismo. Além de determinação e perseverança no caminho a ser trilhado.

4. Considerações finais

No presente trabalho analisamos em que medida os governos brasileiros incentivaram e contribuíram para a adoção de políticas e programas que visassem o combate ao racismo no Brasil. Esse objetivo foi alcançado por meio da análise do discurso dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de abertura do Seminário Internacional "Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa" e Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

No discurso de Henrique Cardoso, identificamos por parte do mesmo, um desejo de mudança nas questões raciais no Brasil e uma crença de que, sociólogos e antropólogos dispõem de liberdade para criar medidas de solução. No entanto, em seu discurso, esse seu caráter criativo, imaginativo não se sobrepôs à sua condição de presidente, limitado por regras e burocracias. Assim, Fernando Henrique Cardoso delegou aos presentes, a responsabilidade na criação de medidas para solucionar os problemas raciais, dentro do contexto e da realidade do Brasil. Fernando Henrique Cardoso colocou-se em certa condição de neutralidade.

No discurso do presidente Lula, logo na introdução é notório o posicionamento de não neutralidade por parte do Estado brasileiro nas questões concernentes às desigualdades. Luiz Inácio Lula da Silva desafia os ministros presentes na cerimônia, a iniciarem os trabalhos naquele

momento, para futuramente, colherem os frutos de uma sociedade mais justa e igualitária. Os dizeres de Lula denotam uma postura de ação e de despreendimento às convenções e formalismos. O seu discurso foi marcado pela esperança e pelo engajamento a fim de que as mudanças necessárias fossem verdadeiramente viabilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. *O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do "caso" UENF*. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). UENF, Campos dos Goytacazes.

BRAGA, Amanda Batista. *A mídia impressa na promoção de discursos sobre políticas de igualdade racial: o negro e a revista Raça*. Disponível em:

<http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2053>. Acesso em: 10-2015.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Analisando o discurso*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2009. Disponível em:

<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf>. Acesso em: 08-2015.

BRASIL. *Discurso na abertura do Seminário Internacional – "Multiculturalismo e racismo: o papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos"*.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/1o-mandato/copy_of_1996/02.pdf/view>. Acesso em: 10-2015.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula Da Silva, na cerimônia de Instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/21-03-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-instalacao-da-secretaria-especial-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial/view>>. Acesso em: 10-2015.

CARAGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *Revista Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, vol. 4 n. 6, p. 679-84, out./dez.2006.

FERNANDES, Luiz. Neoliberalismos e reestruturação capitalista. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves. *Afirmar direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Org.: Nilma Lino Gomes e Aracy Alves Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. *Seminário Internacional Ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban*. Org.: Ministério da Educação e pela Câmara Federal, Brasília, 20 a 22 de setembro, 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag>>. Acesso em: 28-06-2007.

HERINGER, Rosana. *Promoção da igualdade racial no Brasil*. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/65/55>>. Acesso em: 04-2015.

JÚNIOR, Ronaldo Jorge A. Vieira. Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol. 11, n. 23, p. 181-214, 2005.